

REAJUSTE DE 2005

PROFESSORES DISCUTEM PROPOSTA DA PUC-SP NESTA SEMANA

Os professores da PUC-SP reúnem-se nesta segunda-feira, 14/12, às 17h30, na sede da APROPUC, para analisar a proposta da Reitoria e Fundação São Paulo sobre o pagamento da dívida salarial decorrente da não incorporação do reajuste de 7,66% em 2005.

Na segunda-feira, 7/12, a diretoria da APROPUC reuniu-se com o reitor Dirceu de Mello para debater a nova proposta. A presidente da entidade, Bia Abramides, recapitulou as propostas da PUC-SP feitas desde novembro, e a contraproposta dos professores. A professora mostrou a sua estranheza com o novo encaminhamento dado pelos gestores da universidade que retira uma conquista líquida e certa dos docentes da PUC-SP. Os 7,66% foram reconhecidos pela instituição e já constaram nos balanços da

PUC-SP. No entanto, a universidade apresenta agora uma nova proposta onde não é contemplado o reajuste de 2005.

O reitor lembrou que a decisão não era de sua exclusiva responsabilidade e que passava também pela Fundação São Paulo. Dirceu de Mello disse que sentia um clima propício para o um acordo: "Não quero entrar em 2010 sem que este assunto seja resolvido", concluiu o reitor.

Ao final da reunião ficou acertado que o reitor consultaria os dois secretários-executivos da Fundação, no sentido de viabilizar uma nova proposta e, tão logo o contato fosse feito, comunicaria à diretoria da APROPUC. Esta reunião está agendada para terça-feira, 15/10.

Veja nesta edição um resumo das propostas dos gestores e da contraproposta dos docentes (página 3).

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

PERDAS SALARIAIS 2005:

- ✓ Análise da proposta a ser recebida
- ✓ Encaminhamento para garantir a não prescrição do dissídio: Ação Judicial

14/12

segunda-feira - 17h30
sede da APROPUC

Professor! Não dá mais para aguentar!

Compareça à assembléia para decidirmos o que fazer:

**Aceitar a nova proposta? Rejeitar?
Ou optar por um encaminhamento judicial?**

**Luiz Carlos de Campos,
diretor da Faculdade de
Ciências Exatas, é o nosso
entrevistado da semana.**

Págs. 4 e 5



VALÉRIO PAIVA

Congresso discute a influência das novas tecnologias para a democracia

O III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) foi realizado entre os dias 9 e 11/12, na PUC-SP. Segundo Vera Chaia, coordenadora geral do encontro e professora do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, "o evento é de grande relevância, pois reúne pesquisadores de todo o mundo para debater e divulgar os conhecimentos teóricos e metodológicos da área de comunicação e política".

Estavam presentes ao evento o reitor Dirceu de Mello e a diretora da Faculdade de Ciências Sociais Margarida Limena. Já o professor José Luís Dader, da *Universidad Complutense de Madrid*, na Espanha, iniciou o congresso com a conferência sobre o uso da tecnologia na política.

Durante sua exposição, o professor falou sobre a crescente influência da internet na política e, como exemplo, citou a eleição do presidente americano Barack Obama que foi financiada por depósitos por meio da internet. Além disso, parte da campanha do presidente dependeu vigorosamente da internet, sendo beneficiado pelos diversos vídeos produzidos por apoiadores anônimos. "O caso de Obama demonstra claramente que, cada vez mais, a democracia é influenciada pelas novas tecnologias", afirmou Dader.

O professor também

analisou os sites de partidos e candidatos. Em uma pesquisa feita na Espanha concluiu que a rede não tem sido utilizada para aprofundamento das propostas, mas para fazer publicidade ou atacar grupos rivais.

Segundo Dader, esse espaço poderia ser o melhor aproveitado para que os eleitores conhecessem mais detalhadamente o programa do partido e do candidato.

GRUPOS DE TRABALHO

No dia 10/12 ocorreram diversos Grupos de Trabalho em que os participantes foram convidados a debater temas como Mídia e Eleições, Jornalismo Político, Pluralismo e Democracia. Cada grupo contou com a presença de palestrantes de diversas regiões do Brasil, que introduziram as discussões para o posterior debate com os congressistas.

Durante a noite foi apresentado o documentário *arquitetos do poder*, de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé. Após a exibição a diretora debateu o tema com os presentes. O documentário discorre sobre as relações entre mídia e a política no Brasil.

No dia 11/12, encerramento das atividades do congresso, ocorreram duas mesas-redondas pela manhã e duas sessões de comunicação no período da tarde e a noite.



CAIO ZINET

Participantes de um dos grupos de trabalho do III Congresso da Compolítica assistem a exposição

PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
 OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 –
 CEP: 05009-000 –
 Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 –
 Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

Uma dívida de quase cinco salários

480,52%. Este é o valor da dívida que a universidade tem com seus docentes. Os números estão atualizados somente até agosto de 2009 e correspondem aos valores salariais de maio/2005. Naquele ano, a universidade deixou de incorporar o reajuste de 7,66% aos salários de seus trabalhadores. As gestões anteriores celebraram acordos que jamais foram cumpridos com os docentes e assim, a cada mês que passa, os professores vêm crescer o montante da dívida.

Diante da possibilidade de caducidade da reivindicação, a APROPUC chamou uma mesa de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, em setembro. Os juízes concederam à universidade um prazo de 45 dias para que fosse formulada uma proposta de

Primeira proposta da PUC-SP

- ✓ O percentual de 7,66%, devido a todos os professores que mantinham contrato de trabalho vigente em fevereiro de 2005, poderá ser pago em oito anos. À razão de 0,9268% ao ano;
- ✓ O pagamento das diferenças existentes até a data do fechamento do acordo serão pagas também em oito anos, em parcelas mensais. O reajuste da dívida será feito pela tabela de débitos trabalhistas.

Contra proposta dos professores

- ✓ Incorporação do percentual de 7,66% devido aos professores a partir de maio/2005, em duas parcelas, a primeira em janeiro/2010 e a segunda em janeiro/2011;
- ✓ Pagamento do débito decorrente da não-incorporação do reajuste de 7,66%, reajustado pelo ICV-Dieese, a partir de janeiro de 2012, em 48 parcelas mensais.

A nova proposta da PUC-SP

- ✓ Pagamento à vista de 50% do valor total da dívida, corrigido pelo ICV-Dieese, com recursos captados de instituições financeiras, cuja amortização se dará a médio e longo prazo;
- ✓ Não incorporação do percentual de 7,66%.

pagamento, já que os próprios representantes da PUC-SP reconheciam a legitimidade do pleito da entidade. Assim, em 23/10, foi entregue aos professores a proposta de pagamento da dívida e recomposição salarial em

oito anos. Os professores avaliaram que a recomposição de sua base salarial fosse feita em tempo menor (dois anos) e que depois dessa incorporação começasse o pagamento da dívida (em 48 parcelas).

A Fundação e a Reito-

ria, porém, partiram para outro caminho, apresentando uma nova contraproposta que nega a incorporação dos 7,66%. Será este o objeto de discussão dos professores nesta segunda-feira, 14/12, na sede da APROPUC, às 17h30.

Declaração de voto da professora Margarida Limena

Declaro as razões de minha abstenção na votação sobre a matéria do Orçamento da Universidade para 2010, na sessão do Egrégio Conselho Universitário, realizada em 30/11/2009, considerando:

"Que o orçamento da Universidade para 2010, aprovado pelo Consad e apresentado ao Egrégio Conselho Universitário, foi elaborado a partir de premissas que, dentre outras, consideram a continuidade da maximização da jornada docente sem que esta questão tenha sido pautada e deliberada por esse mesmo Conselho, responsável pela aprovação da medida desde 2006;

"Que em sessão realizada em 17 de dezembro de 2008, conforme consta da Ata da sessão n.º 475 do Conselho Universitário, os Conselheiros foram

comunicados pelo DD. Presidente que "o Consad já havia se reunido e que a Secretaria Executiva da Fundação São Paulo proposto a maximização por prazo indeterminado, ocasião em que sugeriu que o prazo devia ser fixado por apenas mais um ano, tendo sido então nestes termos a decisão do Consad", constituindo-se uma das premissas para aprovação do Orçamento para 2009, aprovada nestes termos;

"Que desde o início, em 2006, a deliberação do Consun acerca da continuidade da aplicação da maximização da Deliberação n.º 65/78, tendo em vista a situação econômico-financeira da Universidade, foi proposta como medida transitória, devendo ser realizada uma avaliação qualitativa de sua aplicação, que não foi feita pelos órgãos

colegiados superiores da Universidade durante o ano de 2009;

"Que a discussão da maximização da jornada docente deveria já ter sido realizada, atrelada à discussão da proposta de contrato de trabalho docente, a partir dos trabalhos da comissão formada para esta finalidade, o que também não foi realizado por este Egrégio Conselho;

"Que o balanço da Universidade de 2009 ainda não foi apresentado ao Consun e, portanto, não são de conhecimento de todos os seus membros as eventuais alterações ocorridas durante este ano em relação à projeção orçamentária apresentada na sessão de 17/12/2008, que previa superávit para 2009;

"Que, não obstante a projeção de superávit também para 2010, o DD Presidente

trouxe a este Egrégio Conselho a informação de que o Termo de Ajustamento de Conduta, divulgado por ocasião de sua implementação pela Reitoria anterior, e que ensejou, dentre outras, as mudanças estatutárias e regimentais da Universidade, ainda continuava em vigor, sem maiores esclarecimentos;

"E, finalmente, que, também, não são conhecidos, até o presente momento, os impactos financeiros do redesenho da Universidade que, para além dos objetivos acadêmicos, conduzia a uma racionalização da estrutura organizacional, implantada neste ano de 2009.

Conselheira Profa. Dra. Maria Margarida Cavalcanti Limena
Diretora da Faculdade de Ciências Sociais

A PUC-SP HOJE

Neste momento se justifica a afirmação de que a PUC-SP é um retrato 3x4 do Brasil porque a sua comunidade está agindo exatamente como o brasileiro: esquecendo o passado, achando que todas as soluções são momentâneas e dependendo de quem comanda para se resolver um problema.

Nós tivemos quatro anos de uma gestão que, na minha concepção, foi a mais obscurantista

do ponto de vista acadêmico, pedagógico, administrativo e de relacionamento. Foram quatro anos em que a universidade andou para trás.

Nestes quatros anos, tentemos lembrar de um grande projeto de destaque na universidade, acadêmico, comunitário, administrativo. Cite um. Além disso, temos quatro problemas sérios atualmente e que são frutos do passado.

Em primeiro lugar não temos política para o vestibular. Nós continuamos a fazer como há vinte anos, esquecendo que a sociedade mudou e muito. Vivemos a tecnologia da informação e da comunicação, mas tratamos os alunos que estão chegando à universidade como aqueles de vinte anos atrás. Essa ideia de que basta a grife da PUC-SP para o aluno vir para cá está errada porque a atual geração de vestibulandos é a digital. A maioria nem sabe o que representa a PUC-SP, hoje o aluno vê o que está na mídia, e a inserção da universidade nesse âmbito é muito pequena.

Um segundo problema sério: nós não temos uma política para as licenciaturas. Todas as universidades fornecem os cursos com um preço que é a metade ou até um terço do nosso preço.

No ano passado foi organizado um fórum da Abruc (Associação Brasileira de Universidades Comunitárias) aqui na PUC-SP, no qual eu estive presente com duas professoras da PUC-SP, da área de educação. Para minha surpresa a discussão era em torno de um projeto em que o governo federal investiria na formação de professores e só atribuía financiamento para instituições públicas. A PUC-RS, a Unisinos e várias outras instituições estavam presentes e tinham propostas para a discussão do projeto. A PUC-SP, através da vice-reitora acadêmica, não apresentou nenhuma proposta. Somente uma proposta de alteração de um artigo foi feita, de minha autoria. Na época eu reivindicava que se abrisse esse leque para as comunitárias.

É lamentável uma instituição que recebe um fórum para discutir questões de educação e não apresenta sequer uma proposta. Outro problema que nos atinge frontalmente é o sistema RM, elaborado na gestão anterior. Os problemas que enfrentamos com a aplicação do RM não são culpa da atual gestão. Naquela época, ninguém sabia o que realmente se queria, porque na implantação de um projeto de informatização de qualquer empresa você compra uma solução e não um sistema. Porque o sistema deve adequar-se às nossas necessidades para dar-lhes uma solução. Aqui foi feito o contrário: compraram o sistema e tentaram colocar nele as nossas necessidades, por isso que demorou.

Portanto, hoje temos problemas tanto administrativos como acadêmicos. O professor tem problemas com lançamento de notas, disciplina ministrada, cursos e o problema está no RM.

A 'NOVA' PUC-SP EM DEBATE

"Nós tivemos quatro anos da gestão mais obscurantista desta universidade"

Diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, o professor Luiz Carlos de Campos fala-nos sobre sua unidade e comenta problemas estruturais da PUC-SP, revelando inclusive fatos pouco elucidados da história recente da universidade, como a lista de demissões em massa de 2006, que o professor viu na tela de um assessor da Reitoria.



VALÉRIO PAIVA

Está estourando agora, mas é preciso verificar de onde vem tudo isso.

Outra herança do passado é a segurança e a limpeza. Nós não podemos esquecer o desmonte de funcionários na área de segurança e da limpeza, em que várias unidades foram extintas. Hoje é muito fácil colocar a culpa na Fundação São Paulo, mas eu acredito que a Fundação aproveitou uma situação que apareceu à sua frente, criada lá atrás, pela má administração.

SOBRE O REDESENHO

O grande nó que temos hoje, quando se discute Consun e novo estatuto, é que tudo isto é fruto do redesenho. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pedia um novo estatuto, não o redesenho da universidade. Foi criado um redesenho tentando, de certa forma, ludibriar o que estava sendo pedido. Exemplo disso é o fato do redesenho ter sido escrito pela mesma equipe que elaborou o estatuto. Essa equipe fazia comparações com Harvard, Unicamp, USP, que não tinham nada a ver com nossa realidade. Eu não sei se foi intencionalmente ou não, mas de tudo aquilo que se propunham a fazer, não se fez nada.

O estatuto é fruto do redesenho, e se hoje nós temos um estatuto que para a maioria não atende às necessidades, o grande problema está lá no redesenho.

Eu me lembro bem que naquele momento de elaboração do redesenho a APROPUC batia nas propostas. O redesenho, apesar de se dizer que foi feito democraticamente, foi feito por um grupo fechado que só trazia as propostas para informar. Existem bordões dentro da PUC-SP como autonomia, democracia, que cada vez mais questionamos, pois se trata de uma democracia relativa, que atende somente alguns grupos. Aliás, só para embaralhar um pouquinho, é interessante falar em democracia, qualidade, ética, quando um grupo acaba penalizando em nome da justiça e moralidade da universidade, aqueles que denunciam falsificadores de currículos.

Um outro ponto em que a universidade falha e que nós nunca tivemos apoio é a de pesquisas tecnológicas. A PUC-SP não deve ficar se comparando com as universidades públicas, mas deve ter destaque também entre as PUCs do Brasil. A PUC-SP é a única do país que não tem uma política de pesquisa na área de tecnologia, somente agora estamos começando. Tínhamos um projeto há quatro anos, mas, por problemas pessoais na gestão anterior, não seguiu em frente. Neste momento é possível distinguir um pouco a atual gestão da anterior, porque agora existe um foco institucional, e não mais pessoal. A gestão anterior misturava o fato de não gostar do diretor da unidade, com a faculdade e o centro. Nós sofremos aqui grandes boicotes de todos nossos projetos.

A universidade deve estar acima de tudo. Falo isso porque não votei neste reitor, e em nenhum momento este fato veio à baila ou estou sofrendo repressão por causa disso, muito pelo contrário. Neste ano o apoio que estamos tendo em nossos projetos já foi maior do que nos quatro anos da gestão anterior.

Faço uma comparação da atual Reitoria, com a minha gestão quando assumi a direção do centro. Eu recebi uma terra

abandonada, os arquivos estavam todos vazios. Não foi feita uma transição de gestão, assim como na Reitoria do professor Dirceu. Essa forma de administrar está errada, a universidade não pode passar por isso.

Outra coisa que a PUC demorou a fazer é o seu processo de internacionalização. Negar a globalização do mundo é burrice, hoje nenhuma universidade faz pesquisa sozinha e existe um grande número de universidades que querem fazer intercâmbio com a PUC-SP, só que para isso tem que ter uma divisão que trabalhe profissionalmente.

Outro problema do passado é o projeto PIFPEB (Projeto Institucional para Formação de Professores da Educação Básica), antes definido como um grande projeto acadêmico, hoje é preciso revisá-lo porque ninguém sabe do que se trata.

A PUC-SP DO FUTURO

Falta na universidade um projeto de futuro. Numa entrevista anterior ao **PUCviva** disse e reafirmo "a PUC é uma universidade nova, com mentalidade antiga".

O que nós queremos com a PUC-SP de 2020? Nós não estaremos aqui com certeza, mas temos que deixar um legado para a PUC-SP continuar. É preciso saber onde se quer chegar e ter um eixo para alcançar. Muitas coisas que acontecem na administração da universidade, algumas complicadas como as horas administrativas, são problemas que poderiam ser resolvidos se a gente dispusesse de uma outra estrutura. O novo estatuto criou várias coordenadorias, mas esqueceu de criar o que poderíamos chamar de um fórum de diretores, com reuniões mensais, já que é difícil a Reitoria estar presente em todas as unidades e existem muitos problemas específicos que não chegam até ela. Apresentei essa proposta à professora Maura, logo quando assumiu a Reitoria, e ela disse que colocaria em prática, mas não o fez.

Tenho participado de alguns congressos internacionais na área de tecnologia e é interessante notar como a PUC-SP é respeitada, inclusive fora do Brasil, porque eles sabem a nossa colocação no ranking das universidades brasileiras. O governo da Bélgica fez um convite para 11 universidades brasileiras visitarem e realizarem parcerias com as universidades belgas. Foram convidadas 10 universidades públicas, entre elas a USP e a Unicamp, e a única universidade privada foi a PUC-SP. Então temos que aproveitar esse momento de abertura.

SOBRE OS CONSELHOS

Não digo que nós retrocedemos, nós não avançamos, mas reafirmo que todos esses conselhos e câmaras foram idealizados no redesenho. Não podemos dizer que alguém de fora impôs isso, vou tomar um caso clássico. Na nova estrutura eliminaram os centros, ficando somente as faculdades. Mas a faculdade agregou a pós-graduação, o que acabou proporcionando uma redução na administração da unidade, com uma sobrecarga de serviço. O redesenho não pensou como o diretor iria trabalhar com essa situação e não atribuiu as cargas horárias para cada atividade, deixando tudo em aberto. Quando foi elaborado o atual esquema deveria se pensar que haveria uma sobrecarga e o diretor, por exemplo, deveria ter tempo integral.

Outra discussão importante aconteceu no último Consun quanto aos percentuais de titulação nos departamentos. Qualquer que for o percentual atribuído às categorias irá saturar imediatamente. O grande problema não é saber se vamos ter 15, 20 ou 30% de titular ou associado, o problema é saber se os professores que estão nessas categorias estão cumprindo com todas as atividades, porque na realidade temos assistentes doutores e mestres que produzem muito mais pesquisa que titulares e associados, mesmo sabendo que os titulares subiram dentro das regras estabelecidas. Só que, ao subir, existem direitos e deveres. Vamos tomar um exemplo de um

titular que para fazer seu concurso publicou um paper e em dois anos fez o concurso, passou e nunca mais fez nada. Isto para a universidade não é bom, e nem sempre o titular é melhor professor em dar aula do que o mestre. Com qualquer percentual você vai saturar mesmo e aqueles que produzem de fato nunca chegaram lá.

Outra coisa que precisamos pensar é a necessidade de trazer gente nova, porque hoje a idade média dos professores da PUC-SP é bem alta. Tenho aqui um caso de um professor que tem 4 patentes, 2 livros publicados, uma série de projetos de pesquisa aprovados e na estrutura atual não chegará a ser titular. Então há muito professor com salário lá em cima e sem produzir. Por outro lado, se você contratar um doutor altamente qualificado ele não vai querer trabalhar com salário de auxiliar de ensino, como propõe a nova tabela.

O Consun se transformou numa assembléia, confundiram quantidade com qualidade. Quem vai a uma sessão do Conselho Universitário percebe muito bem que a maioria dos conselheiros não participa da reunião e vão apenas para votar. Os alunos de certa forma são mais polêmicos do que os funcionários, por exemplo. Existem os membros natos que devem estar no Consun e existem os que foram eleitos. Quando alguém se candidata a um cargo desses tem que ter consciência do que vai fazer, tem que falar. Nos últimos quatro anos vi conselheiros que nunca se manifestaram e você vê claramente que são votos de bancada.

Por outro lado o Consad não foi criado com o redesenho, mas a estrutura deu margem para a Fundação assumir que é dona da PUC. Num conselho universitário com esse caráter de assembléia fica difícil discutir. O que falta é um diálogo sério e não corporativo com a Fundação. O problema do diálogo já vem da gestão passada. O diálogo foi difícil com os professores, funcionários e estudantes. Com os estudantes a Reitoria chamou a polícia, porque não teve competência política para resolver o problema. Isso é preocupante porque se passam quatro anos sem diálogo e as pessoas criam resistência com o que poderá vir.

SOBRE AS DEMISSÕES

A necessidade de uma interferência da Fundação na universidade veio de um problema financeiro. A Fundação acabou pagando um preço alto por algo que não foi sua responsabilidade, como as demissões. A Fundação fez, mas não foi ela quem escolheu. Quando fui chamado na reitoria para discutir as demissões em minha unidade, um assessor me mostrou em seu laptop o nome de todos os professores que seriam demitidos e isso estava na máquina de um assessor da Reitoria, não foi na Fundação que eu vi.

Consegui reverter aqui na faculdade quatro nomes e coisas absurdas como a demissão de um coordenador de curso. Aqui na minha faculdade, por mera coincidência, todos os demitidos foram meus eleitores e eram oposição à antiga direção, alinhada à reitora Maura Verás. Na minha faculdade as demissões foram políticas, os padres não conheciam as pessoas e ninguém que defendia a Reitoria foi demitido, talvez seja coincidência.

A Fundação entrou na universidade por um problema financeiro, mas acho que está aberta à negociação. Não creio que será na base do confronto ostensivo que a gente consiga reverter essa situação, e sim pelo diálogo.

O fórum dos diretores poderia ser uma forma de aproximação com a Reitoria e a Fundação e muitas atitudes poderiam ser evitadas se a gente discutisse com eles. Os diretores têm que ser chamados a contribuir com a gestão da universidade, eles não podem ser uns meros burocratas. Em relação à minha faculdade estamos com um bom resultado e espero continuar com esse projeto.

Minha preocupação é que devemos pensar num projeto de PUC-SP para o futuro, estamos pensando muito no dia-a-dia, mas falta a visão de um projeto estratégico ou do que seria um plano diretor. Ou pelo menos um plano decenal para que nós pudéssemos ter condições de nos adaptarmos às mudanças.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Polícia reprime manifestação Fora Arruda

Gás lacrimogêneo, balas de borracha, Cavalaria, Tropa de Choque, BOPE (Grupo de Operações Especiais), Rota, Polícia Canina, Caveirão e um helicóptero. Esse foi o artefato policial utilizado para reprimir uma manifestação da sociedade civil que pedia o impeachment do governador José Arruda, envolvido nos escândalos de mensalão do DEM (Democratas), em Brasília. A polícia agiu com brutalidade e violência, atacando os direitos humanos e o direito de livre manifestação.

No dia 9/12, cerca de 2 mil manifestantes, entre estudantes, trabalhadores e movimentos sociais, esta-

vam reunidos em frente ao Palácio do Buriti, exercendo seu direito de manifestação. O ato fez parte do Dia Mundial Contra a Corrupção. Ao pararem o trânsito da avenida, para distribuição de cartazes e adesivos, a polícia agiu com truculência descabida contra os manifestantes. Os ataques policiais continuaram no canteiro central da avenida, quando não obstruíam mais o trânsito e chegaram a atingir a imprensa que estava presente ao local.

De maneira covarde, a cavalaria chegou a pisotear, cercar e espancar um manifestante que estava deitado no chão. O militante está internado no

Hospital Regional de Sobradinho. Até o Tenente Coronel Silva Filho, comandante da operação, espancou um manifestante de maneira covarde, após uma ofensa verbal. O argumento de Silva Filho para a violência, foi que "um pequeno grupo de pessoas estava obstruindo o direito de ir e vir do povo brasileiro".

A relação da Polícia Militar com o Governo de José Arruda é tão promíscua que, na segunda-feira da mesma semana, um grupo de policiais e bombeiros realizou um ato pró-governo. Eles pediam para que o povo "deixasse o homem trabalhar".

VIOLÊNCIA NÃO DESANIMA MANIFESTAÇÃO

Até o fechamento desta edição, a redação do *PUCviva* apurou que o movimento Fora Arruda não se intimidou com a violência do aparato estatal. Foram realizadas assembleias e manifestações durante o final de semana.

Para denunciar a violência do Estado, foi criada uma página virtual que acumula provas dos excessos da polícia. O portal tem uma série de arquivos entre vídeos, fotos, textos e recortes de jornais. Confira no endereço: http://bill.dissonante.org/utopia/arquivos_foraarruda.

Manifesto condena publicidade infantil

O site publicidadeinfantilnao.org.br está colhendo assinaturas para um manifesto contra a publicidade infantil. O texto pede o respeito aos direitos infantis, da justiça e da construção de um futuro mais solidário e sustentável na sociedade brasileira.

A intenção é reafirmar a importância da proteção à criança frente aos apelos mercadológicos, com o fim das mensagens publicitárias dirigidas ao público infantil. A criança, por ainda estar em processo de desenvolvi-

mento físico e psicológico, ainda não possui a totalidade das habilidades necessárias para uma adequada interpretação crítica dos inúmeros apelos mercadológicos que lhe são dirigidos.

O manifesto também lembra que 27 milhões de crianças brasileiras vivem em condições de miséria, não tendo atendido o desejo despertado pelas propagandas.

A publicidade voltada à criança contribui para a disseminação de valores materialistas e para o aumento de problemas so-

ciais, como a obesidade infantil, erotização precoce, estresse familiar, violência pela apropriação indevida de produtos caros e alcoolismo precoce.

O manifesto também pode ser assinado por pessoas jurídicas, somando até agora de 100 assinaturas de grandes instituições. Para assinar o manifesto, a instituição deverá enviar e-mail para institucioes@publicidadeinfantilnao.org.br.

Mais de 2729 pessoas haviam assinado o manifesto até o fechamento dessa edição.

Tribunal Popular continua seus trabalhos

Na última reunião do Tribunal Popular foi realizado um balanço dos trabalhos do último semestre e lançadas novas perspectivas. Agora o grupo tem periodicidade nas reuniões, que acontecerão sempre no segundo sábado do mês, na sede da revista *Debate Socialista* (rua Capitão Cavalcanti, 35. Vila Mariana), às 10h.

O Tribunal Popular está organizando uma Audiência Pública para debater o projeto Paraisópolis e também está pressionando os deputados para assinarem o pedido de CPI das adoções ilegais de Itaqucetuba.

Comitê pede punição a torturadores

O Comitê Contra a Anistia aos Torturadores iniciou uma campanha para a não anistia dos crimes contra a humanidade, cometidos no período da Ditadura Militar. Para pressionar o Supremo Tribunal e o Procurador Geral da República, o Comitê lançou uma petição online, que pede a punição dos crimes cometidos pelo Estado.

O manifesto já foi assinado por uma série de entidades civis e personalidades. Para conhecer a

campanha acesse o endereço www.ajd.org.br/contraanistia_port.php.

Segundo o documento: "O direito à informação, à verdade e à memória é inafastável ao povo brasileiro. É imperativo ético recompor as injustiças do passado. Não se pode esquecer o que não foi conhecido, não se pode superar o que não foi enfrentado. Outros países tornaram possível este processo e fortaleceram suas democracias enfrentando a sua própria

história. Ademais, nunca é tarde para reforçar o combate contra a impunidade e a cultura de que os órgãos públicos têm o direito de torturar e matar qualquer suspeito de atos considerados criminosos. Os índices de violência em nosso país devem-se muito ao flagrante desrespeito aos direitos humanos que predomina em vários setores da nossa sociedade, em geral, em desfavor das populações menos favorecidas".

Trabalhadores da saúde querem barrar Ato Médico

Durante o mês de dezembro estará on-line na página oficial do Senado, uma enquete de consulta à população sobre a regulamentação do exercício da Medicina, nos termos do projeto PLS 268/02, que limita a prescrição. Diversos trabalhadores da área da saúde mental e da saúde em geral estão lutando para que a lei não seja aprovada.

Para votar contra a lei, acesse o site www.senado.gov.br/agencia/default.aspx?mob=0.

MST denuncia arroz transgênicos da Bayer

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) lançou um documento que denuncia os trabalhos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), criado em 2005. Segundo o MST, as multinacionais têm se beneficiado com aprovações consecutivas e sem exceção de todos os pedidos de liberação de transgênicos. Até agora já foram liberadas 19 variedades de transgênicos, entre milho, arroz e algodão.

Entre as denúncias, um caso é considerado urgente pelo MST: a CTNBio pode aprovar o plantio do arroz LL62 da Bayer S/A, que pode gerar uma ameaça à segurança alimentar do Brasil, pois pode ocasionar uma contaminação generalizada das variedades de arroz silvestre no país. O plan-

tio do arroz da Bayer já foi proibido em vários países.

A CTNBio também está prestes a modificar a única cláusula de segurança contra contaminações generalizadas de lavouras e variedades convencionais por transgênicos.

Em nota, o MST declara: "Convocamos a sociedade a se manifestar contra os abusos cometidos em nome do enriquecimento de grandes transnacionais da transgenia e em prejuízo da agricultura e da Biossegurança nacional. É preciso que o Conselho Nacional de Biossegurança, composto por vários ministérios do governo, cujo papel é monitorar as decisões da CTNBio, assumam sua responsabilidade e evite danos irreparáveis ao meio ambiente, antes que seja tarde".



Em frente ao Tribunal Regional Federal, militantes pedem a liberdade de Cesare Battisti

Ato público reivindica asilo à Battisti

Na tarde do dia 10/12, diversos manifestantes reivindicaram que o governo brasileiro conceda asilo ao militante italiano Cesare Battisti, perseguido político na Itália. O ato ocorreu em frente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Os manifestantes distribuíram panfletos e conversavam com as pessoas para explicar a situação do ex-ativista italiano.

Battisti está no Brasil desde 2004 e foi preso em

2007 no Rio de Janeiro.

No início do ano, no entanto, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu status de refugiado político e, mesmo assim, continuou preso irregularmente.

O julgamento feito pelo Superior Tribunal de Justiça deu ao presidente Lula a prerrogativa de decidir sobre a extradição de Cesare.

Desde o início a APRO-PUC acompanha o caso e se coloca contra a extradição do ex-ativista político italiano.

ROLA NA RAMPA

Reitor aplica repreensão ao funcionário Cristiano Menezes

Em despacho emitido no dia 7/12 o reitor Dirceu de Mello aplicou a pena de repreensão ao funcionário Cristiano Terra Menezes. O reitor entendeu que "o consumo de bebida alcóolica e entorpecente pelo acusado não ficou demonstrado".

Porém o reitor considerou que houve a participação do funcionário em reunião proibida. Assim fixou a pena de repreensão compensadas porém todas as repreensões anteriores que o funcionário tem em prontuário.

A Comissão Processante encaminhou relatório onde solicitava advertência (punição menor), porém Dirceu optou mesmo pela repreensão.

O funcionário Cristiano foi acusado de participação em uma festa de estudantes no câmpus Monte Alegre, onde teria ingerido bebidas alcoolicas e entorpecentes.

Imediatamente o caso foi encaminhado ao Consad que decidiu pela demissão de Cristiano.

Seguiu-se uma intensa mobilização da AFAPUC, APRO-PUC e CAs, para tentar reverter a situação.

Estudantes, professores e funcionários reuniram-se com o reitor mostrando que as acusações não tinham fundamento e que o funcionário, que também é estudante de Filosofia, não cometeu nenhuma ação ilegal.

O reitor levou o pleito das entidades ao Consad que, verificando as fotos apresentadas como provas, chegou à conclusão unânime de que elas não comprovavam as acusações.

Dessa maneira, abriu-se um Processo Administrativo que, através dos testemunhos, chegou à conclusão que Cristiano era inocente das acusações, menos de participação na festa.

MPF faz acordo para obras de acessibilidade na PUC

O Ministério Público Federal em São Paulo (MPF-SP) firmou acordo extrajudicial com a Universidade Bandeirante (Uniban) e PUC-SP para obras de acessibilidade comunitária em dois de seus campi. As adaptações serão feitas nos prédios 1, 2 e 3 do campus Marquês de Paranaguá. O acordo ocorreu após dois procedimentos administrativos instaurados no MPF-SP, com a finalidade de apurar a falta de acessibi-

lidade nos locais. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula firmada nos acordos, as instituições sofrerão multa de R\$ 5 mil, por dia de descumprimento. Até o dia 31/03/2010, a PUC-SP se comprometeu a adaptar banheiros, rampas de acesso e instalação de elevadores dos prédios, entre outras reformas que garantam total acessibilidade e segurança da comunidade universitária.

Cursos de férias no TUCA

A Escola de Atores do TUCA abriu inscrições para os cursos de férias de 2010. Os cursos disponíveis são: Curso de teatro para crianças, Oficina de narração de histórias, Teatro para facilitar a comunicação e Mitologia

e Tragédia: "As bacantes" e "Hipólito". Alunos, professores e funcionários têm desconto na inscrição. Maiores informações no site www.teatrotuca.com.br/ cursos ou pelo telefone (11) 3670-8462.

AFAPUC promove festa de fim de ano no campus de Sorocaba e Santana

Para confraternizar com os funcionários da universidade, a AFAPUC convida a todos para participar das atividades de encerramento de 2010. Para isso, acontecerão duas festas de final de ano: uma em Sorocaba e a outra em São Paulo. Em Sorocaba, a festa será no dia 19/12, com início às 21h, e se estendendo até às 4h do dia seguinte. Os funcionários associados devem retirar o convite até o dia 18/12, na sede da entidade. Já em São Paulo, a tradicional festa de fim de ano será realizada no dia 23/12, às 13h, na quadra do campus Santana (Rua Voluntários da Pátria,

1653). A banda Blackout animará os presentes, além do tradicional churrasco e da cerveja gelada. Não haverá venda de ingresso na porta e os convites devem ser retirados na sede da AFAPUC, no Corredor Cardoso, até o dia 22/12. Ainda em São Paulo, a AFAPUC disponibilizará transporte em ônibus para os associados, saindo do campus Monte Alegre. Para as duas festas, os associados têm entrada franca, enquanto dependentes maiores de 12 anos pagam R\$40,00 e convidados e não sócios R\$80,00 - ambos podem ser descontados em duas vezes na folha de pagamento.

Eleições nos Centros Acadêmicos politizam a universidade

Diversas eleições para os Centros Acadêmicos da PUC-SP movimentaram o meio universitário. Nada menos que quatro cursos elegeram representantes, a começar pela chapa Construção Coletiva, eleita pelo curso de Direito com 56% dos votos, assim como a chapa Pagu, do curso de Serviço Social, eleita por apenas oito votos de diferença da chapa concorrente. Sem Papa(s) na Língua, chapa do curso de Artes do Corpo, Multimeios e Jornalismo, também eleitos

para a próxima gestão. Por fim, o curso de Letras, após um ano sem gestão no Centro Acadêmico, elegeu a chapa Letras Renasce Para Lutar. Tal movimentação enriquece e politiza a universidade, pois trás à tona debates e críticas relevantes para a comunidade e o ensino, como a intervenção da Igreja Católica na PUC-SP, o esvaziamento político dos conselhos universitários, a crescente mercantilização da universidade e do ensino brasileiro.

Estudantes de Psicologia organizam workshop

No dia 19/11 foi realizado o Café Universitário, evento organizado por estudantes de Psicologia e o Núcleo de Trabalho em Psicologia, com supervisão de Maria Cristina Gattai e PsicoPUCJunior. O encontro foi uma conversa entre empreendedores do bairro e

estudantes da universidade, buscando a integração dos mesmos e a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. A próxima atividade será realizada no dia 17/12, na PUC-SP, em sala e horário a ser divulgado. Maiores informações no email kukaki@yahoo.com.br